

A formação política de jovens assentados e sua relação com a efetivação da Escola do Campo

Joarez Luiz Wegher¹, Suely Aparecida Martins²

^{1, 2} Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências Humanas. Campus de Francisco Beltrão/PR. Rua Maringá 1200, Vila Nova. Francisco Beltrão - PR.

Autor para correspondência/Author for correspondence: joarezwegher@gmail.com

RESUMO. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de Mestrado sobre as contribuições da Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire no processo de formação política de jovens assentados do município de Abelardo Luz-SC. Busca identificar as contribuições desta escola no processo de formação política dos jovens e entender a relação entre essa formação e a luta pela Escola do Campo. A pesquisa, de caráter qualitativo, teve como instrumento para coleta de dados a observação na escola, a análise do Projeto Político Pedagógico e entrevistas semiestruturadas. Contribuíram para o debate autores como Pistrak (2000), Freire (1987; 2004), Snyders (2005), Dalmagro (2003), Vendramini (2007) e Caldart (2000; 2004). A Escola Paulo Freire é contextualizada apresentando os sujeitos da pesquisa, características dos jovens e dos educadores, com destaque para as contribuições da escola referentes à formação política dos estudantes. A conclusão é que a participação do MST/escola acontece pela proposta político-pedagógica a partir dos Complexos de Estudos, contribuindo para a efetivação da Escola do Campo ao afirmar a educação escolar como direito e reforçar a necessidade permanente de ocupação da escola. Reforça-se a escola como espaço de lutas, o terreno onde se confrontam forças contraditórias, portanto aberta à ação.

Palavras-chave: Formação Política, Escola do Campo, MST.

Young settlers's political education and their relation to field school

ABSTRACT. The present article presents some results of a Master's degree research on the contributions of Paulo Freire State High School along the process of political education of young settlers who lives in the municipality of Abelardo Luz, in the Brazilian state of Santa Catarina. It aims to identify this school's contributions in the process of political education of these young people and understand the relation between such a formation and the struggle for a field school. This qualitative study used as tools for collecting data school observations, analysis over its political-pedagogical project, and semi-structured interviews. We based our analysis on authors such as Pistrak (2000), Freire (1987; 2004), Snyders (2005), Dalmagro (2003), Vendramini (2007) and Caldart (2000; 2004). Paulo Freire school is contextualized along with the research subjects, students' and educators' characteristics, highlighting some contributions given to the school in connection to the political education of its students. One of the conclusion is that the participation of the Landless Movement and school takes place according to the political-pedagogical project based on Study Complexes, contributing to the fulfillment of a field school when it reaffirms a school formation as a right and reinforces the permanent need of school occupation. It is reinforced the school as a room for struggles, a terrain where contradictory forces face each other, leaving room for action.

Keywords: Political Education, Rural School, Landless Movement.

La formación política de jóvenes de asentamientos y su relación con la efectividad de la Escuela del Campo

RESUMEN. El presente trabajo presenta resultados referentes a la investigación en nivel de Maestría a respecto de las contribuciones de la Escuela Estadual de enseñanza secundaria Paulo Freire en el proceso de formación política de jóvenes de asentamientos del municipio de Abelardo Luz SC. Apuntamos como objetivo central identificar las contribuciones de la Escuela Paulo Freire en el proceso de formación política de los jóvenes, entender la relación existente entre esa formación y la lucha por la Escuela del Campo. La investigación tuvo carácter cualitativo, teniendo como instrumento para la colecta de datos: observación en la escuela; análisis del Proyecto Político Pedagógico; y entrevistas semiestructuradas. Contribuyeron para el debate: Pistrak (2000), Freire (1987; 2004), Snyders (2005), Dalmagro (2003), Vendramini (2007), y Caldart (2000; 2004). Contextualizamos la escuela Paulo Freire presentando los sujetos de la investigación, características de los jóvenes y de los (as) educadores (as), y destacamos las contribuciones de la Escuela referente a la formación política de los jóvenes. Concluimos que la participación MST/Escuela acontece por la propuesta político pedagógica a partir de los Complejos de Estudios, contribuyendo para la efectividad de la Escuela del Campo, al afirmar la educación escolar como derecho y reforzar la necesidad permanente de la ocupación de la escuela. Se refuerza por la investigación, la escuela como espacio de luchas, el terreno donde se confrontan fuerzas contradictorias y, por lo tanto, abierta a nuestra acción.

Palabras clave: Formación Política, Escuela del Campo, MST.

Introdução

Neste artigo, apresentamos os resultados da pesquisa de Mestrado sobre as contribuições da Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire no processo de formação política de jovens de assentamentos do município de Abelardo Luz-SC.

Delineamos o estudo de modo a investigar as contribuições da Escola de Ensino Médio Paulo Freire no processo de formação política dos jovens estudantes, assim como identificar a relação entre a formação política proferida pela instituição escolar estadual e a luta pela efetivação de uma escola alternativa, alicerçada na construção coletiva da Escola do Campo, que se contrapõe ao atual sistema educacional hegemônico, balizado na Escola Rural.

Nesse contexto, entendemos que a formação política dos jovens diz respeito à construção coletiva da capacidade político-pedagógica de intervenção no mundo e que a educação se coloca como possibilidade de oportunizar aos jovens estudantes uma visão crítica e política da realidade, em que eles possam aprender a reivindicar seus direitos políticos, sociais, culturais e pedagógicos. De acordo com Freire (1987, p. 78), não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra verdadeira, é na ação/reflexão presentes na práxis social

que vislumbram-se a formação humana e a possibilidade do ser mais.

Este processo de formação política nasce de uma educação que anda na contramão da educação bancária presente na concepção da Educação Ruralⁱ capitalista. Ele nasce da luta por uma escola que traz em seu bojo a humanização do povo camponês, presente na política pedagógica do MST que embasa a luta por uma Educação do Campo.ⁱⁱ

Para isso, inicialmente contextualizamos a Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire no contexto da luta do MST em ocupar a escola, caracterizando os sujeitos participantes da pesquisa: jovens estudantes e educadores/as. Por fim, trazemos as contribuições da referida escola no tocante à formação política dos jovens, considerando três questões que emergiram da coleta de dados: conteúdos programáticos, espaço político/organizativo dos jovens estudantes, e formação política. Essas categorias vinculam-se ao processo de formação política dos jovens e ajudam a identificar as contribuições tanto da escola quanto do MST na efetivação da Educação do Campo.

Importa considerar que a análise realizada entende a escola na perspectiva afirmada por Snyders (2005, p. 102),

segundo a qual “é um local de luta, a arena em que se defrontam forças contraditórias”. Portanto, “nem é um local de vitória, de libertação já assegurada, nem o órgão voltado a repressão, o instrumento essencial da reprodução; segundo as relações de força, acompanhando o momento histórico, ela é uma instabilidade mais ou menos aberta à nossa ação”. (Snyders, 2005, p. 103). Temos em vista que, dentro da mesma escola, encontram-se dois projetos: o de submissão aos interesses capitalistas voltados ao sistema educativo hegemônico da Escola Rural e o projeto de humanização, embasado na concepção de uma educação diferenciada intrínseca à Escola do Campo.

A pesquisa realizada, de caráter qualitativo, teve como instrumentos de coleta de dados a observação, a análise do Projeto Político Pedagógico e entrevistas semiestruturadas. A observação aconteceu na Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, situada no Assentamento José Maria, município Abelardo Luz, em Santa Catarina, tendo a duração de uma semana. As entrevistasⁱⁱⁱ foram realizadas com jovens estudantes do 3.^o ano, efetivamente matriculados no período letivo de 2018, sendo que entrevistamos 12 jovens^{iv} com idade entre 17 e 19 anos, de um total de 30 jovens frequentando a escola. Entrevistamos ainda 6 educadores/as^v de

um total de 12 que trabalham na instituição escolar.

Para compor o processo de análise, dialogamos com Freire (1987; 2004), Pistrak (2000), Snyders (2005), Dalmagro (2003), Vendramini (2007), Caldart (2000; 2004) e outros.

A escola e os sujeitos da pesquisa

A Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire é forjada na luta de classes, na luta do MST a favor da reforma agrária, que traz consigo a necessidade de ocupar também a escola. O seu processo de ocupação começou em Abelardo Luz, em 25 de maio de 1985, quando aconteceu a efetivação da primeira ocupação de terras do município, que representou também a segunda ocupação de terras realizada pelo MST em Santa Catarina. Com a conquista do primeiro assentamento que levou o nome do emblemático dia 25 de Maio, muitas outras ocupações ocorreram nessa região, totalizando atualmente um número expressivo de 22 assentamentos constituídos com cerca de 1.500 famílias assentadas, que tiram seu sustento da terra conquistada.

Entre eles está o Assentamento José Maria, onde se localiza a Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, conquistado a partir da ocupação realizada pelo MST em 23 de dezembro de 1996, quando 300

famílias, oriundas de outro acampamento do município vizinho de Passos Maia, cortaram a cerca de mais um latifúndio improdutivo.

A partir da ocupação, iniciou-se a luta para garantir escola para os filhos e filhas dos acampados. Para as crianças educandos/as de 1.^a a 4.^a séries, o processo educativo acontecia dentro do acampamento em barraco improvisado, enquanto os jovens de 5.^a a 8.^a séries se deslocavam para a Escola 25 de Maio no Assentamento 25 de maio, distante 16 quilômetros do acampamento José Maria. Porém, os jovens do ensino médio não tinham acesso à escola por falta de transporte, tendo em vista que escola de ensino médio só se oferecia na cidade.

A Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire nasce, pois, a partir da luta pela efetivação do Assentamento José Maria, o que aconteceu em 1997, sendo o nome em homenagem ao monge José Maria que lutou na guerra do Contestado. A partir daí iniciou-se também o processo de ocupação^{vi} da escola.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2018), o nome da escola foi escolhido em homenagem ao educador brasileiro Paulo Freire, dado a sua contribuição para a educação popular e para a educação nacional. A escolha se deu

via grupos de estudo, sendo aprovado em assembleia geral.

Em 2004, efetivam-se as extensões da Escola Estadual Anacleto Damiani nos respectivos assentamentos 25 de Maio e José Maria. De acordo com o PPP (2018), o início das aulas foi muito difícil, pois, com a falta de estrutura, as aulas começaram nesse mesmo ano em salas emprestadas no centro de formação, a antiga casa grande do fazendeiro. Em 2005, a partir de debates acalorados e de idas e vindas à Secretaria de Estado da Educação (SEED) de Florianópolis, inicia-se a construção das novas estruturas da Escola de Ensino Médio Paulo Freire, inaugurada em 2006.

Segundo o PPP (2018), a escola atuou até 2009 apenas com o curso regular e, a partir dessa data, passou a trabalhar também com o curso técnico em agroecologia. Todavia, com a conquista do Instituto Federal Catarinense (IFC) em 2016, a escola deixou de atuar com o curso técnico e passou a oferecer, a partir dessa data, apenas o curso de ensino médio regular.

O PPP (2018) relata que a Escola Paulo Freire conta com 110 educandos/as matriculados/as do 1.^o ao 3.^o ano, com idade entre 14 e 19 anos. Em particular, no 3.^o ano, que representa a turma pesquisada (e, portanto, sujeitos da pesquisa), o

número de educandos/as matriculados/as e frequentando regularmente a escola chega ao número de 30 educandos/as, sendo 14 no período matutino e 16 no vespertino. Esses jovens são filhos de pequenos agricultores oriundos de sete assentamentos: Capão Grande, Novo Horizonte, Indianópolis, Três Palmeiras, Roseli Nunes, 13 de Novembro e José Maria. Estes assentamentos ficam entre 1 e 25 quilômetros de distância da escola.

Vale ressaltar algumas características das famílias encontradas nos assentamentos de onde os jovens sujeitos da pesquisa são oriundos, no que concerne à relação existente entre as referidas famílias e o MST.

Primeiramente, podemos apontar as famílias militantes do MST, que são as que participaram de todo o processo de luta pela terra, desde o momento da ocupação da terra improdutiva, da coletividade do acampamento até o momento do assentamento, e que continuam na luta por melhores condições de vida e por uma escola de qualidade para seus filhos e filhas. Conforme podemos observar na seguinte fala:

Meus pais foram acampados aqui na José Maria, aí depois eles acamparam no Maria Rosa em Passos Mais e conseguiram um terreno justamente pelo Movimento. Faz 19 anos que a gente mora no mesmo lugar. Meu pai ele é militante. Ajudou em vários

acampamentos nas ocupações. ... Então a gente desde pequenininha já sabe o sentido e importância de estar dentro do Movimento. (Emanueli, 17 anos – Jovem Estudante, entrevistada em 23/08/2018).

Na fala da jovem oriunda de família militante do MST, observamos que a participação no processo de luta pela terra pode ser desencadeadora de uma consciência política que é própria da identidade Sem Terra. Nesse sentido para Caldart (2000),

Ser sem-terra em cada um dos momentos da história do MST tem um sentido diferente, embora todos os sem-terra, de cada uma das gerações que se desenvolvem, devam se sentir herdeiros daqueles primeiros trabalhadores e trabalhadoras que, em determinado momento histórico, decidiram reagir contra a condição social de sem (a) terra, escolhendo a ocupação das terras improdutivas como forma de luta e símbolo de sua rebeldia social. (Caldart, 2000, p. 64).

Num segundo momento, podemos destacar que encontramos também famílias que, apesar de terem participado de todo o processo de luta pela terra, após se tornarem assentadas deixaram de participar das lutas do MST. Nesse sentido, a fala a seguir sintetiza a situação do distanciamento dessas famílias para com o Movimento: “Sim eu conheço [o MST], mas não participo não. Minha família também não participa”. (Paulo, 19 anos –

Jovem Estudante, entrevistado em 23/08/18).

Temos ainda aquelas famílias que não participaram da luta pela terra, tendo dificuldades de entenderem o que significa a luta do MST por terra e dignidade. Essas famílias não se envolvem com o Movimento, inclusive algumas defendem a propriedade privada e se põem contra o processo de ocupação, mesmo que reconheçam que estão dentro de uma área de assentamento. Nesse sentido, a fala a seguir reflete o não envolvimento dos jovens e de suas famílias junto ao MST: “Minha família ela não é tão próxima do MST. Assim, a gente tem terra que o MST ocupou, mas a gente não participou da ocupação”. (Eduardo, 17 anos – Jovem Estudante, entrevistado em 22/08/2018).

Na escola pesquisada, encontramos jovens militantes, jovens que as famílias os afastaram do processo de luta depois da conquista da terra e jovens oriundos de famílias que não participaram do processo de luta pela terra.

Entrevistamos 12 jovens entre 17 e 19 anos oriundos dos seguintes assentamentos: 2 do assentamento José Maria, 2 do assentamento Capão Grande, 1 do assentamento Novo Horizonte, 1 do assentamento Indianópolis, 2 do assentamento Roseli Nunes, 1 do assentamento Três Palmeiras, 1 do

assentamento 13 de Novembro, e 2 que residem no assentamento Maria Rosa, no município vizinho de Passos Maia.

Identificamos características importantes dos jovens entrevistados: 4 jovens consideram-se integrantes da militância do Movimento Sem Terra, com uma das jovens se dizendo integrante do setor da juventude do MST. Há 1 jovem que diz não participar das atividades do Movimento por conta dos estudos, mas enfatiza que seus pais são militantes assíduos; há 4 jovens, que apesar de suas famílias terem participado do processo de luta e conquista da terra, não participam do MST, mas apoiam a luta travada por este Movimento Social. Observamos também a presença de 3 jovens cujos pais não participaram do processo de luta pela terra, porém também reconhecem a luta do Movimento e participam das atividades propostas pela escola.

Também realizamos entrevistas com educadores/as da escola, sendo que foram entrevistados 6 educadores/as de um total de 12.

Observamos que, dos 6 educadores/as entrevistados/as, apenas 1 educadora é concursada efetiva. Os/as demais 5 são contratados/as em caráter temporário (ACT). Desses, 2 podem ser considerados novatos na escola, pois um irá completar seu primeiro ano na escola e

uma educadora completará seu segundo ano. Além deles, 1 educadora completa cinco anos trabalhando na escola, 1 educador completa seis anos e outra com 11 anos de atuação na referida escola. Já a única concursada e efetiva está a doze anos trabalhando no local.

Outra questão importante presente na análise dos dados é o fato de que, dos/as 6 educadores/as entrevistados/as, 2 residem na cidade e a grande maioria reside nas áreas de assentamento. Também observamos que 2 educadores já trabalharam em escolas do campo e da cidade.

Quanto à participação desses educadores/as junto ao MST, vemos que 3 se declararam militantes do Movimento; 1 educadora, apesar de ser assentada, relata apenas participar das atividades propostas pela escola em relação ao Movimento; e os dois educadores residentes em área urbana, apesar de só terem contato com o MST através da escola, tentam se informar para conseguir se encaixar no movimento político-pedagógico proposto pela instituição educadora.

Diante desta análise dos dados, passamos a investigar as contribuições da Escola Paulo Freire no processo de formação política dos jovens. Apresentamos a importância dos conteúdos programáticos e vemos que estes emergem

de uma tensão entre a velha proposta pedagógica da Escola Rural e a busca pela efetivação dos complexos de estudo que são orientados pelos princípios pedagógicos e filosóficos do MST e da pedagogia socialista russa.

A proposta político-pedagógica da escola

De acordo com o PPP (2018), a organização do trabalho político-pedagógico acontece a partir dos complexos de estudos baseado na experiência da pedagogia socialista russa.^{vii} Importa frisar que, nos últimos anos, o MST tem se apropriado deste conceito – complexos de estudo – e desenvolvido algumas experiências em escolas de acampamentos e assentamentos.

Para Pistrak (2000), a organização das disciplinas em complexos de estudos é o único sistema que garante uma compreensão da realidade atual de acordo com o método dialético.

Ao analisar os complexos de estudo, Freitas (2009, p. 37) afirma: “A noção de complexo de estudo é uma tentativa de superar o conteúdo verbalista da escola clássica, a partir do olhar do materialismo histórico dialético, rompendo com a visão dicotômica entre teoria e prática”. Assim,

O complexo é uma construção teórica da didática socialista como um espaço onde se pratica a tão desejada

articulação entre teoria e prática, pela via do trabalho socialmente útil. Sendo “socialmente útil” acontece no meio, em contato com a natureza e com a sociedade, o que se articula com as outras duas categorias vistas anteriormente: atualidade (luta pelo conhecimento e transformação da sociedade e da natureza) e auto-organização (forma de se preparar sujeitos históricos). Não há, portanto, separação entre atualidade, auto-organização, trabalho e complexo de estudo. O complexo é um espaço articulador dos três primeiros e não apenas um “tema”. (Freitas, 2009, p. 38).

Os primeiros debates sobre os complexos de estudos chegam à Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire em 2009 com os professores que contribuíam para a escola e, ao mesmo tempo, eram estudantes da primeira turma de licenciatura em Educação do Campo, formação realizada em parceria com o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e a Universidade Nacional de Brasília (UnB) em Veranópolis, no Rio Grande do Sul (PPP, 2018).

No início de 2014, o coletivo de educadores da Escola Paulo Freire assumiu o desafio de estudar a pedagogia socialista via grupo de estudos que funcionou em período extraescolar, com leituras e debates que buscavam um embasamento teórico e unificar a prática político-pedagógica a partir do trabalho coletivo

alicerçados nos complexos de estudo. (PPP, 2018).

Sobre os conteúdos aprendidos na escola e sua relação com a vida dos jovens no campo, com a luta pela terra e com a luta por uma vida melhor no campo, os jovens apontaram para a existência de uma tentativa, por parte dos professores, de relacionar os conteúdos programáticos do currículo e o trabalho socialmente útil no tocante à realidade vivida pelos jovens em suas comunidades. É o que vemos num dos depoimentos: “Se você vai fazer alguma coisa no campo, tem que ter a matemática, vai fazer um galpão, vai calcular a área, tem que ter a matemática. Acho que assim, relaciona com toda a vida e a gente aprende”. (Everaldo, 18 anos – Jovem Estudante, entrevistado em 21/08/2018).

O jovem enfatiza situações da rotina das comunidades, nos lotes da reforma agrária, que estão sendo colocadas como suporte para o processo de ensino e aprendizagem. Outro jovem destaca: “Eu era uma pessoa mais fechada e a filosofia e a sociologia me ajudaram a debater muitos pontos”. (Carlos, 18 anos – Jovem Estudante, entrevistado em 21/08/2018).

Ao perguntar aos educadores e educadoras como articulavam os conteúdos programáticos de sua disciplina com a vida dos jovens no campo e de que forma acontecia o entrelaçamento desses

conteúdos com assuntos como a reforma agrária, permanência dos jovens no campo e com a conjuntura político/social e cultural dos povos camponeses, os/as educadores/as conduziram suas respostas no sentido de que a escola, como um todo, estaria articulando sua política pedagógica ao trabalho com os complexos de estudo, assim como determina o seu PPP. Vemos isto no trecho a seguir:

A gente tenta trabalhar pelos complexos temáticos, que é a ideia de aproximar os alunos da realidade. A gente pega um tema da realidade e tenta ver que disciplinas que estavam no plano curricular que consegue conversar com esse tema da realidade. Desde associar os meios de produção até, por exemplo, contas simples de luz, de leite, nessa lógica, tentar aproximar o máximo possível. (Andreia, 35 anos – Professora/Educadora, entrevistada em 24/08/2018).

Ao analisar os depoimentos dos/as educadores/as, os temas da interdisciplinaridade e da práxis social se destacam. Quando os/as educadores/as falam em aproximar os educandos/as da realidade ou, então, fazer a ligação entre conteúdos curriculares e a realidade dos jovens no campo, podemos dizer que esses educadores sinalizam que buscam efetivar a relação entre teoria e prática. Isso porque a práxis, nesse contexto, é justamente a junção da teoria curricular com a prática social dos jovens educandos em suas

comunidades do campo. Portanto, os/as educadores/as da Escola Paulo Freire, a partir dos complexos de estudos, procuram, mediante a ação político-pedagógica interdisciplinar, garantir que cada educador/a em sua disciplina possa identificar em que situação da porção da realidade poderá atuar, tendo como pressuposto a interligação dos conteúdos programáticos ao cotidiano dos jovens e suas famílias em suas comunidades. A partir da escolha coletiva de uma porção da realidade tida como ideia central, na relação teoria e prática irá enraizar-se esse tema através das práticas cotidianas dos jovens em suas comunidades. Com isso, chegar à práxis que significa transformar a realidade e, conseqüentemente, o mundo. (Freire, 1987).

Nesse aspecto, o Caderno de Educação n.º 8 do MST (1996) salienta a relação entre teoria e prática: a educação de sujeitos para um novo projeto de desenvolvimento social para o campo, exige educar para a ação transformadora, formando pessoas capazes de articular, com competência, teoria e prática. Contudo, o MST defende, como um dos princípios fundamentais de sua proposta de educação, a relação entre prática e teoria dentro de cada processo pedagógico, justamente para que se possa desenvolver

esta capacidade de relação em todas as demais situações da vida.

É preciso reconhecer que a proposta da Escola Paulo Freire vai na contramão da escola tradicional hegemônica, pois vislumbra no horizonte a Escola do Campo, a pedagogia socialista e a construção de uma sociedade justa e igualitária embasada nos preceitos do socialismo.

Assim, chamamos a atenção para os depoimentos a seguir de educadores/as no tocante às dificuldades inerentes à contradição entre a escola capitalista, tradicional, conservadora e autoritária, fundada na domesticação e passividade de seus educandos/as a partir de uma política pedagógica bancária que apenas repassa a ideologia dominante através de conteúdos ociosos e sem sentido à vida das crianças, jovens e adultos do campo (Freire, 1987), e um projeto de educação no qual a escola alicerça-se nos princípios filosóficos e metodológicos dos movimentos sociais, nesse caso em particular do MST, que bebe na vertente do materialismo histórico dialético de Marx e traz consigo uma política pedagógica socialista que almeja uma sociedade também socialista.

Podemos identificar três questões fundamentais relativas às dificuldades enfrentadas pela Escola Paulo Freire. Primeiramente, o fato de alguns

educandos/as ainda manifestarem certa rejeição à sua proposta político-pedagógica. Essa situação resulta da própria questão do não querer se reconhecer enquanto Sem Terra, uns por não terem participado do processo de luta pela terra, e outros por suas famílias terem se distanciado da militância logo após a conquista do assentamento. Vejamos a fala a seguir:

Muitas vezes ainda alguns alunos, a gente sente que eles têm um pouco de rejeição, que é fruto do próprio se reconhecer enquanto um Sem Terra, é um negar a identidade, sendo que está inserido dentro de um movimento social, e nós temos bastante casos desses, então a gente tenta trabalhar e não é uma questão assim de impor para eles, vai trabalhando dentro dos conteúdos, explicando que isso foi necessário, está sendo necessário e que é preciso essas discussões também. (Carolina, 34 anos – Professora/Educadora, entrevistada em 22/08/18).

A segunda questão está centrada no/a professor/a que, pedagógica e politicamente, foi formado/a para atuar na escola capitalista. De fato, podemos identificar uma série de dificuldades no contexto da transição da forma escolar dominante para outra maneira de fazer a educação, a partir de outros preceitos que não sejam os capitalistas. Isso porque, do ponto de vista dos “interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de

verdades”. (Freire, 2004, p. 100). Nesse contexto, destacamos o que diz Freire (2004, p. 45): “Por isso é que, na formação permanente de professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Nesse caso, vale ressaltar a fala de uma professora entrevistada quando discorre sobre a formação permanente existente na referida escola:

Então agora a gente faz uns quatro anos que buscamos formação, lemos alguns autores como Pistrak, Shulgin que falam do trabalho com os complexos de estudos. Então como a gente precisava entender isso também, para pôr em prática, a professora ... da UFSC vem trabalhar com a gente essa formação. (Carolina, 34 anos – Professora/Educadora, entrevistada em 22/08/2018).

Nesse contexto, cabe destacar a preocupação da escola e do MST com o processo de formação dos professores. Há quatro anos, a escola Paulo Freire vem desenvolvendo a formação continuada de seus professores voltada para os complexos. Mesmo os educadores/as novatos/as, logo que entram na escola, participam da formação.

A terceira questão tem a ver com a falta de infraestrutura escolar, tendo em vista que não é prática dos governos que se

sucedem no poder – principalmente os de direita – investirem na infraestrutura das escolas estaduais, ficando geralmente relegadas ao abandono, em particular as do campo. Como afirma Arroyo (2004, p. 71), “A imagem que sempre temos na academia, na política, nos governos é que para a escolinha rural qualquer coisa serve”. É importante considerar ainda que muitos professores são contratados de forma precarizada a partir dos contratos de trabalho temporário e muitos deles trabalham em mais de uma escola.

Dando continuidade, abordamos aspectos relacionados à auto-organização dos jovens que acontece a partir da organização dos/as educandos/as nos Núcleos de Base (NBs),^{viii} uma estratégia advinda do sistema organizativo do MST que proporciona o enraizamento desses jovens a todo o trabalho organizativo da Escola Paulo Freire.

A auto-organização dos jovens

De acordo com o PPP (2018), a Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, a partir de princípios pedagógicos fundamentados nos princípios organizativos do MST, no tocante à direção coletiva e à divisão de funções, tem por base o entendimento de que o modo de a escola praticar a sua organicidade e o seu funcionamento é tão

importante quanto os conteúdos científicos presentes em seu currículo. O jeito de funcionar da escola pode influenciar o comportamento e, até mesmo, o aprendizado dos estudantes. Nesse sentido, desde o início a escola assumiu a organização dos educandos/as em NBs, que consiste em grupos organizativos com o objetivo de discutir questões a respeito da organicidade geral da escola, com tarefas específicas que, a partir de um planejamento, são desenvolvidos durante um tempo pré-determinado.

Então, no caso de 2018, os/as educandos/as assumiram as tarefas para o período de dois bimestres. Assim, os NBs assumiram, por exemplo, a organização da biblioteca, comunicação (a partir da rádio escolar e do jornal escolar), o embelezamento, a fabricação de produtos de limpeza, os cuidados com a saúde a partir do cultivo de ervas medicinais, a horta escolar, promoções e eventos escolares. Enfim, tudo o que se refere à organização do trabalho escolar é realizado pelos NBs e com a participação efetiva da comunidade em geral.

Ao indagar os jovens sobre o fato de eles terem ou não espaço para participação na organização e tomadas de decisão escolares, unanimemente responderam que, sim, e que esse espaço era proporcionado

pelo agrupamento deles (jovens) em NB. É o que podemos observar aqui:

No caso foi criado os núcleos de base, aí nós ajudamos, agora, por exemplo, nós estamos formulando o jornal, que vai contar todo o processo, o que nós fizemos durante esse ano. Então eu acho que isso é uma interação dos alunos com os professores e com a comunidade por fora. (Carlos, 18 anos – Jovem Estudante Entrevistado em 20/08/2018).

Destacamos algumas questões advindas dos depoimentos dos jovens: a) a importância da responsabilidade individual dentro do coletivo; b) os grupos são formados conforme afinidade dos/as educandos/as; c) a interação tanto de educandos/as com educandos/as quanto com os/as educadores/as. Os NBs se constituem, sobretudo na principal forma de organização e participação efetiva dos jovens estudantes no tocante ao cotidiano relacionado ao trabalho escolar. Nesse sentido, a auto-organização dos estudantes manifesta-se como uma importante ferramenta junto do processo de formação política dos jovens, pois eles bebem da vertente organizativa dos movimentos sociais – nesse caso em particular, o MST.

Analisamos também os depoimentos de educadores/as a respeito da participação dos jovens estudantes na organicidade e tomada de decisões da escola:

A escola trabalha com o princípio da organização dos alunos em NBs, que são núcleos de base, que é um princípio que vem do movimento social inclusive do Movimento Sem Terra. ... Cada NB leva um nome, e daí eles têm os espaços de reuniões entre os NBs e depois cada NB tem um coordenador que vai e leva para a coordenação da escola, pois, eles fazem as reivindicações, enfim, eles ajudam a decidir no que vai ser investido quando tem uma promoção que gera lucro e também ajudam a resolver os problemas da escola. (Carolina, 34 anos – Professora/Educadora, entrevistada em 22/08/2018).

Realmente, a partir da análise das falas dos professores, podemos observar algumas questões importantes que podem influenciar na formação política dos jovens educandos, como, por exemplo: cada grupo é responsável de planejar, estruturar e reorganizar, se for o caso, as tarefas de sua incumbência. Para isso, reúnem-se para discutir coletivamente sobre o que deve ser feito para melhorar a escola. Essas reuniões se dividem em três momentos: a) o momento individual do próprio grupo; b) o momento coletivo entre os grupos; c) o momento coletivo entre coordenadores dos grupos, professores responsáveis e coordenação da escola.

Portanto, a partir do trabalho por complexos de estudos a organicidade escolar entra como suporte no processo de formação política dos estudantes. Então, quando falam dos NBs, os jovens remetem

a discussão ao fato da importância da luta travada pelo Movimento, a importância do trabalho realizado na escola, além de se sentirem parte integrante desse processo:

Têm os NBs, então isso já vem da nossa luta atrás, aqui não é aquela escola formada só de professores e ou servidores, então a gente acaba construindo a escola nós mesmos, os alunos ajudando, ... a gente fica mais disposto pra aprender, a gente fica mais livre pra ajudar e contribuir na escola sempre que necessário. (Emanuelli, 17 anos – Jovem Estudante Entrevistada em 23/08/2018).

Observamos que os jovens educandos/as se consideram parte integrante do coletivo escolar, assim como relatam os jovens, visto que se autodenominam construtores e organizadores de todo o espaço escolar, sentem-se peças fundamentais de um processo maior que é a construção e manutenção da escola do (e no) campo, que procura construir uma sociedade justa e igualitária.

Foi possível notar a satisfação e o reconhecimento da importância dessa instância de auto-organização da escola por parte dos jovens estudantes, como observado na fala a seguir:

Em cada NB tem um professor que acompanha, eles dão as instruções e ajudam mesmo, eles ajudam nas reuniões, acompanham ajudando também fazer as coisas. Eu acho bastante importante esse trabalho,

que daí não fica tão chato vim para o colégio e a gente acaba aprendendo algumas coisas nesses momentos que a gente fica no NB. (Pedro, 18 anos – Jovem Estudante Entrevistado em 22/08/2018),

De fato, podemos salientar algumas questões importantes advindas dos depoimentos em relação às três aptidões citadas por Pistrak (2000). Por exemplo: o fato de poder escolher, pois essa escolha que é política e pedagógica traz consigo a “aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo”. (Pistrak, 2000, p. 41).

Outra questão tem a ver com os debates que acontecem dentro dos NBs, que se configuram como importante mecanismo de desenvolvimento coletivo e individual junto do processo de resolução de eventuais problemas encontrados a partir da auto-organização, que remete à “aptidão para analisar cada novo problema como organizador”. (Pistrak, 2000, p. 41).

A terceira questão está ligada ao fato de que cada NB tem o acompanhamento especializado de um/uma educador/a instruindo o grupo e acompanhando o desenvolvimento de cada atividade. Nesse momento, que também é político além de pedagógico, o professor exerce a função de mediar o trabalho dos jovens, que trará à tona a “aptidão para criar as formas eficazes de organização”. (Pistrak, 2000, p. 41).

Também observamos dificuldades. Alguns jovens estudantes demonstram uma grande resistência a entender o processo de luta do MST. Eles relacionam a luta ao fato de “não fazer nada”, “ficar só pedindo”, “não trabalhar”, reproduzindo a imagem de que “quem luta por direitos é só vagabundo, que não tem o que fazer”, conforme pode ser observado no relato:

Não é sempre a gente estar lutando, tem que ter o alimento também, e batalhar para a gente ter as coisas, não é só a gente sei lá, pedir as coisas ... por que a vida em si é uma coisa e na sala de aula o pensamento assim é outro, eu penso assim. (Luiz, 18 anos – Jovem Estudante Entrevistado em 22/08/2018).

Quando o coletivo escolar procura mudar tal lógica e cria condições para que os jovens realmente participem do processo organizativo escolar, os jovens não entendem, não conseguem se desvencilhar da concepção bancária (Freire, 1987), imobilista, fixista, que terminam por desconhecer os homens como seres históricos, educando-os como se fossem recipientes vazios que deveriam ser enchidos de conteúdos ociosos e sem sentido para a sua vida. Nesse caso, a mudança repentina causa estranheza e resistência.

Todavia, é justamente contra esta imagem distorcida a respeito da luta travada pelos movimentos sociais e

sindicais que a Escola Paulo Freire procura, a partir de sua política pedagógica pelos complexos de estudos, reverter, contribuindo para a construção da identidade Sem Terra. Nesse sentido, abordamos as contribuições da escola Paulo Freire advindas de sua relação com o MST no processo de formação política dos jovens assentados.

A relação político-pedagógica com o MST

Ao escrever sobre a educação do/no campo, Vendramini (2007, p. 127) relata que “Nossa primeira questão refere-se aos sujeitos para os quais se destina a educação, tendo em vista a grande diversidade, ou melhor, desigualdade de vida e de produção no campo”. Referimo-nos, aqui, à educação pública, para os filhos de trabalhadores.

A autora salienta que “A educação do campo ganha um novo sentido, quando associado a um movimento social que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo”. (Vendramini, 2007, p. 129). Assim, entendemos a importância da relação estabelecida entre escola e o MST no processo formativo da juventude. Acrescentamos que isso se torna fundamental quando se trata da formação política.

Nesse contexto, ao indagar os/as educadores/as sobre a relação escola/MST, observamos aqueles/as que reforçam este vínculo, pois, além de serem assentados, também são militantes do Movimento:

Eu conheço já faz 15 anos, e eu me considero, além de professora, uma militante do movimento social, faço parte do setor de educação. Em relação ao envolvimento MST/Escola, na verdade assim, eu entendo como uma relação direta, até porque queiramos ou não, a escola está dentro de um assentamento. O assentamento ele é guiado pode se dizer pelo movimento social, embora é claro que entendemos que o movimento social são as famílias. Então, se eu trabalho pensando na questão do ponto de vista educacional da realidade dos estudantes eu não posso negar a história deles. A escola é uma instituição com vinculação com o estado, então não é o movimento que manda na escola, mas a gente pensa que os sujeitos que estão aqui deveriam ter relação direta com o Movimento. (Maria Aparecida, 38 anos – Professora/Educadora, entrevistada em 24/08/2018).

Nos depoimentos, primeiramente identificamos o reconhecimento de que, se hoje há nas áreas de assentamentos duas escolas de ensino médio, é em decorrência da luta travada pelo MST. Esse reconhecimento por parte dos/as educadores/as configura-se a partir da implementação da política pedagógica da escola embasada nos complexos de estudos, os quais proporcionam aos estudantes a mediação do processo de

ensino e aprendizagem mediante a intencionalidade da formação política dos jovens educandos/as.

A segunda questão diz respeito ao envolvimento escola/MST, o qual acarreta uma relação direta com um processo educativo voltado à realidade dos/as educandos/as. Por isso, de acordo com os depoimentos não se pode negar a história desses sujeitos, pois, ao negar, estar-se-ia negando a própria identidade do povo camponês – nesse caso, a identidade Sem Terra.

Outra questão importante é a de que a Escola Paulo Freire é uma instituição vinculada ao Estado, portanto não é o MST que manda nela. Contudo, existe o vínculo da escola com o Movimento, que pode ser observado na efetivação da pedagogia do Movimento Sem Terra e, atualmente, a partir dos complexos de estudos. Isso não significa que o Movimento mande na escola. Podemos dizer que o MST constantemente a “ocupa”.

Podemos igualmente considerar que, dos 6 professores entrevistados, 4 possuem relação com o MST por serem assentados. Desses quatro, 3 são militantes e fazem parte do setor de educação do Movimento, o que torna a relação escola/MST ainda mais íntima. Há também alguns educadores/as novatos/as que trabalham na escola com contrato precarizado de ACT.

Para alguns destes, é a escola a primeira e única forma de contato mais direto com o MST. Além disso, destacamos a precarização do trabalho dos/as educadores/as contratados/as em caráter temporário, como é o caso da maioria dos educadores/as que trabalham na escola. Por serem trabalhadores temporários, além de ganhar menos que os funcionários efetivos, não possuem continuidade em seu trabalho na escola.

Contudo, observamos que a Escola Paulo Freire busca cumprir o seu papel social como Escola do Campo. A partir da relação escola/MST, ela procura aglutinar forças para oportunizar aos jovens a aproximação deles com a história de luta pela terra no município de Abelardo Luz e em particular com a história de cada assentamento, condição que leva os jovens educandos a uma participação efetiva nas atividades de auto-organização da escola e, a partir da política pedagógica escolhida pelo coletivo escolar, possam efetivar um trabalho de conscientização da importância da luta, da resistência e da rebeldia Sem Terra no dia a dia desses jovens em suas comunidades.

Dos 12 jovens entrevistados, 8 destacaram a presença efetiva do MST na escola e reconhecem esta participação como positiva: “Está presente até mesmo ... alguns professores daqui que são do

grupo do MST. E se não fosse o MST a escola não existiria. Porque foi uma luta das famílias do MST conquistar a escola.” (Francisca, 19 anos – Jovem Estudante Entrevistada em 20/08/2018)

Os jovens foram unânimes em destacar que o MST está presente no âmbito escolar, apontando algumas atividades advindas dessa parceria que confirmam a presença junto do processo de conquista da escola, como palestras diversas, a feira dos saberes, que ocorre anualmente, e envolve uma parceria entre a escola e o MST. Contam também o fato de que a maioria dos/as educadores/as e coordenação da escola vieram da luta, pois são militantes do MST, e as pinturas do MST nas paredes da escola, realizadas pela juventude militante do MST, jovens estudantes e não estudantes.

Entendemos que as questões apontadas pelos jovens fazem parte de um processo educativo que tem, na luta travada pelo MST por reforma agrária, pela educação do campo, um referencial importante e que se coloca contrariamente ao avanço do império capitalista dentro do território camponês. Tudo isso faz parte do movimento político, social, pedagógico, cultural e ideológico da escola do campo.

Outro fator importante que reforça a afirmação acima é que os jovens, por unanimidade, destacaram a importância do

MST junto ao processo de ocupação da escola. Nesse sentido, dos 12 entrevistados posicionaram-se positivamente em relação à participação efetiva e decisiva do MST no tocante à conquista das escolas dentro dos assentamentos.

Todavia, entre os/as jovens entrevistados/as, cabe destacar que três afirmaram que atualmente, a presença do MST na escola é tímida:

Acho que no começo quando entrei aqui estava mais ativo, a gente conversava sobre o movimento e agora está se perdendo um pouco aqui, acho que por motivo de mudanças na direção, e agora talvez volte, pois vamos ter que aprender, inclusive o Hino do Movimento, acho isso importante. Acho que agora não muito, acho que está fraco, o MST tem que participar mais, tem que entrar mais na escola, eu espero isso. (Catarina, 17 anos – Jovem Estudante Entrevistada em 21/08/2018).

Quando os jovens falam da pouca efetividade do Movimento no tocante à sua participação na escola, e relembram outros anos de maior presença, fazem referência à participação efetiva das lideranças junto ao trabalho de auto-organização dos jovens dentro da escola. Para os três jovens entrevistados, o MST não está presente na escola como esperavam que estivesse e citam situações da presença efetiva da militância em vários casos que aconteceram em outros anos.

Trazemos também o depoimento do jovem Luiz, que se mostra incomodado com a presença do MST na escola:

Sei lá, eles tentam passar para a gente assim sobre o MST, mas seria interessante apenas em certas horas, mas não toda a hora, só MST, se não acaba a gente não querendo também, se for ver, eu acho chato isso. (Luiz, 18 anos – Jovem Estudante Entrevistado em 22/08/2018).

Luiz é oriundo de uma das famílias que participaram de todo o processo de conquista da terra, porém, depois de assentados escolheram se afastar da militância, indicando um distanciamento em relação à identidade Sem Terra. Esse nos parece um desafio, tanto da Escola Paulo Freire quanto do MST. De que forma efetivar a formação política desses jovens? Como trabalhar a coletividade com jovens que foram formados, até esse momento, para continuar reproduzindo a sociedade de classes, inclusive dentro da escola?

Por fim, cabe destacar como salutar que a maioria dos jovens – 8 dos entrevistados – destacaram em seus depoimentos a presença do MST na escola, demonstrando que a escola, por meio dos complexos de estudos, tem contribuído para reforçar a sua presença. Em nossa compreensão, ao fazer isso a Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire

tem contribuído para a formação política dos jovens.

Porque é através do Movimento que a gente tem as conquistas que nós temos hoje, a escola, o IFC, a terra onde a gente vive. Tudo foi através do MST. ... tem muita gente que não reconhece, alguns alunos têm até um preconceito, mas vivem na área de assentamento. (Sebastiana, 17 anos – Jovem Estudante Entrevistada em 23/08/2018).

Evidenciamos o reconhecimento do MST como um movimento de luta e que, se não fosse pela organização do MST, os assentamentos em geral não teriam conquistado importantes espaços como a escola do e no campo, o Instituto Federal Catarinense (IFC)^{ix} dentro do assentamento José Maria e a terra de onde todos tiram o seu sustento dignamente. Tudo foi conquistado a partir da luta e organização do MST, com a compreensão de que o MST é um movimento social como outros que existem e que lutam pelos direitos da classe trabalhadora do campo e da cidade, que a partir das contribuições do MST eles têm acesso à história, de onde vieram, por que vieram e qual a importância da luta no processo de conquistar direitos como o acesso à terra, à saúde e à educação do campo. Uns entendem que o MST constrói oportunidades para que os jovens estudantes possam expor suas opiniões e mesmo discutir determinadas regras, antes

de simplesmente cumpri-las. O MST oportuniza também a convivência em sociedade sendo que o individual não se sobressai ao coletivo, porém é peça fundamental.

Aqui torna-se importante a afirmação de Arroyo (2004, p. 72-73) quanto à importância da luta para o reconhecimento de direitos: “O movimento social é exigente porque nos situa no terreno dos direitos, nos leva a vincular a educação com saúde, cooperação, justiça, cidadania. O direito coloca a educação no terreno dos grandes valores da vida e da formação humana”. Portanto, a escola do campo está incorporando direitos à educação do povo camponês quando forma esses jovens politicamente para que possam intervir na escola, na sua comunidade e no mundo.

Em relação aos/as educadores/as entrevistados/as, todos/as afirmaram a importância da relação entre escola e o MST para a formação política dos jovens, que ela está relacionada à proposta político-pedagógica implementada pelo coletivo escolar a partir dos complexos de estudos. Isso ficou claro, como podemos identificar nas falas de educadores/as, tanto dos que não possuem ligação com a militância do MST quanto daqueles que fazem parte dessa militância, que além de política é também pedagógica:

Eu acho que principalmente a gente nota nos alunos mais velhos na escola (3º ano), a questão da formação política. Eles conhecem realmente a importância que o jovem tem, no futuro da sociedade e da própria comunidade. ... a gente sabe e se sente tranquilo de ver que o jovem está saindo daqui (da escola) consciente de que ele é um cidadão que vai fazer a diferença lá fora. (Teobaldo, 22 anos – Professor/Educador, entrevistado em 22/08/2018).

Sim, não só pela luta, pela conquista da escola, pelo espaço, mas desde a preocupação com a educação, o Movimento se preocupa com a forma de educação. Então eu acredito sim que tenha muita influência, até pelos escritos que tem sobre a pedagogia do Movimento, entre outras coisas que a gente lê e busca beber um pouquinho dessas fontes para atuar na escola. As contribuições seria a questão da luta, pois já houve várias ações aqui na escola como: para o não fechamento de turno, então eles (os jovens) têm com eles um espírito de luta muito ativo. (Andreia 35 anos – Professora Entrevistada em 24/08/2018).

As contribuições acontecem quando os/as educadores/as têm consigo a preocupação em estar sempre bebendo da fonte da pedagogia do Movimento, da pedagogia russa através da formação continuada, para que consigam trabalhar a partir da política pedagógica da escola e efetivar a formação política dos jovens.

Nesse sentido, podemos concluir que as contribuições citadas se relacionam intimamente com o processo de luta contra a escola moldada nos anseios do capital e

pela efetivação da Escola do Campo, alicerçada na relação intrínseca entre escola e comunidade. Isto se confirma nas palavras de Dalmagro (2003), quando diz que se a comunidade precisa entrar na escola, para sua ocupação efetiva, também é verdade que a escola precisa se apropriar dos processos desenvolvidos na comunidade, para que consiga retornar refletida e elaboradamente à comunidade o que extraiu da relação comunidade/escola/comunidade.

Para Dalmagro (2003, p. 15-16), esta escola exige a interdisciplinaridade, a reflexão, a pesquisa e, por fim, educadores e não professores. Para a autora, a escola deve estar integrada no trabalho que realiza, o que significa que o educador não pode trabalhar isoladamente. Assim, a dimensão da coletividade deve fazer-se presente entre os educadores, sendo uma dimensão importante no processo educativo escolar. Quanto aos estudantes, não são compreendidos apenas como destinatários desse processo, são também seus construtores e devem participar nas decisões pertinentes a vida escolar.

Nesse sentido, a formação política dos jovens estudantes da Escola Paulo Freire está intrinsecamente ligada à luta pela terra, por educação, por melhores condições de vida no campo, enfim, na luta pela construção coletiva de uma sociedade

justa e igualitária que se sustenta também a partir da ocupação escolar.

Considerações finais

Nessa pesquisa, buscamos analisar as contribuições da Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire no processo de formação política dos jovens assentados e identificar a relação existente entre essa formação e a luta pela efetivação da Escola do Campo. A referida escola insere-se na luta do MST pela terra e pelo direito à Escola do Campo para as crianças, jovens e adultos assentados/as.

Em seus mais de 30 anos de existência, o MST vem construindo uma concepção ampla de reforma agrária para além do acesso a terra, que inclui, em sua pauta, a luta por educação e escola pública. Mas não qualquer educação ou qualquer escola. Quer uma educação que humaniza, a escola que, além de propiciar acesso ao conhecimento científico, entenda o campo como lugar de vida e valorize seus sujeitos, fortalecendo a identidade camponesa. Uma escola assentada na vida dos seus sujeitos, sujeitos Sem Terra e, portanto, vinculada às suas lutas. O MST entendeu a necessidade igualmente de ocupar a escola, no sentido construído por Martins (2009), de que as crianças, os/as jovens e adultos/as dos acampamentos e assentamentos deveriam ter acesso à

educação básica ao ensino superior. O MST entendeu que esta luta não era apenas sua, mas dos diversos movimentos camponeses existentes. Surgiu o Movimento por Educação do Campo que, ao exigir escola pública no campo com uma legislação que contemple as especificidades do povo do campo e com qualidade, coloca a luta por educação escolar na luta por direitos, o que historicamente tem sido negado a crianças, jovens e adultos camponeses (também negado aos trabalhadores urbanos) ou que tem sido oferecido de forma precária e sob a perspectiva da escola rural.

O processo de ocupação de escolas pelo MST nos coloca diante da possibilidade da construção de novos paradigmas para a Educação do Campo. Neste sentido, tornam-se importantes as reflexões de Snyders (2005) e Freire (1987), pensadores que apontam a escola como um espaço de lutas, que tanto pode estar a serviço das classes dominantes como pode ser um instrumento importante para a libertação da classe trabalhadora. Com base nestes autores, pudemos entender melhor a dinâmica colocada hoje no campo brasileiro, sendo que, na mesma escola, convivem projetos educativos distintos que, dependendo das forças em confronto, ora pendem mais para a continuidade da Escola Rural, ora reforçam

outra escola em construção, alicerçada na Educação do Campo.

Por fim, cabe destacar a importância da Escola Paulo Freire e dos complexos de estudo na formação política da juventude e na efetivação da Escola do Campo. Ainda com dificuldades, a escola tem se constituído como possibilidade para experienciar o novo em relação à educação escolar, ainda que o velho permaneça presente – seja pela interferência do Estado, seja nas práticas político-pedagógicas de professores, ou ainda na resistência dos próprios jovens. É importante destacar também que a ocupação da Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire reforça o direito à educação escolar dos povos do campo. Ao mesmo tempo, afirma que a ocupação deve ser permanente. Nesse sentido, contribui para a efetivação da Educação e da Escola do Campo ao lutar para efetivar uma educação de qualidade no campo que considere os seus sujeitos e que nega a Escola Rural, ao buscar novas práticas político-pedagógicas que alterem a forma escolar capitalista, procurando contribuir para uma formação ligada à vida, que humanize e contribua para a formação de sujeitos que possam intervir politicamente na sociedade em que vivemos.

Referências

- Arroyo, M. G. (2004). A educação básica e o movimento social. In Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (Orgs.). *Por uma educação do campo* (pp. 65-86). 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Caldart, R. S. (2000). *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Caldart, R. S. (2004). A Escola do Campo em Movimento. In Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (Orgs.). *Por Uma Educação do Campo* (pp. 87-131). Petrópolis RJ: Vozes.
- Caldart, R. S. (2012). Educação do Campo. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 259-267). Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular.
- Dalmagro, S. L. (2003). *O sentido pedagógico do MST: a formação de sujeitos históricos*. Ponencia presentada no Congresso Lifelong Citizenship Learning. Participatory Democracy and Social Change. Transformative Learning Centre, University of Toronto. Recuperado de: www.oise.utoronto.ca
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (2004). *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freitas, L. C. (2009). A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In Pistrak, M. (Org.). *A Escola Comuna* (pp. 09-103). São Paulo: Expressão Popular.
- Martins, F. J. (2009). *Ocupação da escola: uma categoria em construção*. Porto Alegre, RS.
- MST. (1996). Princípios da Educação no MST. *Caderno de Educação*, n. 8. São Paulo, SP.
- MST. (2005). *Método de trabalho e organização*. São Paulo, SP: MST/ANCA.
- Pistrak, M. (2000). *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Pistrak, M. (2009). *A Escola Comuna*. São Paulo, Expressão Popular.
- PPP. (2018). *Projeto Político Pedagógico: Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire*. Abelardo Luz, SC.
- Ribeiro, M. (2012). Educação Rural. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 295-301). Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular.
- Santos, F. S. (2017). Pedagogia socialista russa: das propostas e experiências escolares às dimensões educativas. In *XIV Jornada HISTEDBR*, de 3 a 5 de maio de 2017.
- Snyders, G. (2005). *Escola, classe e lutas de classes*. São Paulo, SP: Centauro.
- Vendramini, C. R. (2007). Educação e trabalho: reflexos em torno dos movimentos sociais do campo. *Cad. Cedes*, 27(72), 121-135. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200002>

ⁱ De acordo com Ribeiro (2012), a educação rural é destinada aos camponeses, estando a escola localizada na área onde vivem, todavia é

oferecida sem considerar as particularidades destes sujeitos e o lugar onde vivem.

ii Segundo Caldart (2012), “a constituição da Educação do Campo é fruto das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas inicialmente pelo MST, mas que se estendeu ao conjunto dos trabalhadores do campo e que tem colocado a escola como objeto central de lutas e reflexões pedagógicas”.

iii Os entrevistados concordaram em participar da pesquisa e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para preservar a identidade dos entrevistados, utilizamos nomes fictícios.

iv Entrevistamos jovens representantes dos três tipos de famílias existentes nos assentamentos: 3 jovens oriundos de famílias que não participaram do processo de luta pela terra; 4 jovens oriundos de famílias que se desligaram da militância do MST; 5 jovens oriundos de famílias militantes do MST.

v Entrevistamos educadores/as admitidos em caráter temporário (ACT) e concursados; educadores/as que residem nos assentamentos, além dos educadores/as que residem na cidade; e educadores/as novatos e professores com maior tempo de trabalho na referida escola.

vi Segundo Martins (2009, p. 183-184), “a ocupação da escola se vincula a uma estratégia política que o movimento utiliza para tensionar o Estado no cumprimento da reforma agrária. Essa categoria, torna-se um elemento articulador de uma série de intencionalidades. Inclusive a intencionalidade político/pedagógica do projeto de Escola do Campo”.

vii De acordo com Santos (2017), Wladimir Lenin, Nadjka Krupskaya, Moisey Pistrak, Anton Makarenko e Viktor Shulgin representaram a vanguarda da pedagogia socialista durante o período revolucionário que compreende 1917 e 1931. Eles contribuíram para a efetivação de uma pedagogia de caráter socialista.

viii De acordo com MST (2005), os NBS fazem parte do princípio organizativo da divisão de tarefas do MST. Este princípio aponta que todos devem assumir sua parte na aplicação das tarefas, valorizando a participação de todos e evitando a centralização.

ix De acordo com (PPP, 2018), a chegada do Instituto Federal Catarinense no Assentamento José

Maria em 2016 resultou da conquista dos trabalhadores do campo e, em especial, dos Movimentos Sociais do campo como o MST.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 21/05/2019
Aprovado em: 20/08/2019
Publicado em: 29/07/2020

Received on May 21th, 2019
Accepted on August 20th, 2019
Published on July, 29th, 2020

Contribuições no artigo: O autor Joarez Luiz Wegher foi responsável pela elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito. A autora Suely Aparecida Martins orientou o trabalho, contribuindo na revisão do conteúdo do manuscrito. Os dois autores foram responsáveis pela aprovação da versão final a ser publicada.

Author Contributions: Author Joarez Luiz Wegher was responsible for the elaboration, analysis and interpretation of the data; writing and revision of the manuscript content. The author Suely Aparecida Martins guided the work, contributing to the revision of the content of the manuscript. Both authors were responsible for approving the final version to be published.

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Joarez Luiz Wegher



<http://orcid.org/0000-0002-2863-5169>

Suely Aparecida Martins



<http://orcid.org/0000-0002-7876-6634>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Wegher, J. L., & Martins, S. A. (2020). A formação política de jovens assentados e sua relação com a efetivação da Escola do Campo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e6915. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6915>

ABNT

WEGHER, J. L.; MARTINS, S. A. A formação política de jovens assentados e sua relação com a efetivação da Escola do Campo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 5, e6915, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6915>